

# O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL SOB A ÓTICA DO PENSAMENTO COMPLEXO<sup>1</sup>

Desenvolvimento humano e social

ESPÍRITO-SANTO, P.S. M. F. <sup>2</sup>

OLIVEIRA, P. T.

RIBEIRO, D. F.

## RESUMO

Ao tratar do tema desenvolvimento social, faz-se necessária uma abordagem que leve em conta a complexidade inerente ao conceito. Este artigo propõe-se à contribuir no desvelamento deste fenômeno, o desenvolvimento social, a partir de uma reflexão teórica sobre a temática, buscando promover uma discussão, de forma não reducionista. Mais do que conceituar desenvolvimento social de maneira rígida, o objetivo desse artigo é levantar possibilidades de reflexão, apontando aspectos a serem investigados dentro do tema. Para tanto recorre-se à alguns autores que, por suas posições analíticas contribuem para a construção do conceito, que, entende-se como em devir. O desenvolvimento social seria, assim, um conceito redefinido a cada situação, reafirmando-se uma visão de mundo em movimento, onde a incerteza e a imprevisibilidade jamais podem ser desconsideradas.

Palavras-chave: pensamento sistêmico, complexidade, desenvolvimento social

## Introdução

Desenvolvimento social é um tema de difícil definição operacional, no sentido de que trata-se de algo complexo cuja abordagem deve levar em conta a própria complexidade inerente ao conceito. Optou-se neste artigo em inicialmente por esclarecer o conceito de complexidade.

---

<sup>1</sup>- Trabalho formatado de acordo com as normas ABNT.

<sup>2</sup> - Docentes do Centro Universitário de Franca (Uni-FACEF)

Entenda-se complexidade como uma propriedade de alguns fenômenos que não podem ser compreendidos por meio de simplificações reducionistas, tão caras à ciência positivista tradicional. Simplificar no caso significa isolar, compreender por meio de uma única disciplina e extinguir da análise as relações que constituem o objeto. Cabe então questionar o que significa pensar este fenômeno, o desenvolvimento social, a partir da perspectiva da complexidade. Vemos então surgir como primeira tarefa deste artigo: explicitar o que entende-se por complexidade.

Vários estudiosos têm insistido em evidenciar uma nova face da sociedade atual que se confronta com vários desafios. Giordan (2002, p. 227), por exemplo, comenta que a par dos desafios de natureza econômica, ambiental, demográfica, epidemiológica e ética, “o desafio epistemológico é inevitável”. De acordo com o autor os paradigmas de nossa sociedade, engendrados a partir do século XVI, desmoronaram-se. Entre eles a lógica clássica, a causalidade linear e a abordagem analítica – pilares do pensamento científico tradicional – que, como formas de explicação da realidade, têm-se mostrado muito limitados, vez que as pessoas são hoje desafiadas a defrontar-se com o paradoxal e complexo, pois, cada vez mais instadas a deparar-se com mais e mais incertezas. Urge assim, na opinião de Giordan (2002), produzir uma nova representação do mundo.

Estas questões na verdade relacionam-se ao que os epistemólogos denominaram de mudança paradigmática na ciência. Ao paradigma da modernidade, clássico, tradicional, emergir e/ou contrapõe-se um novo paradigma denominado em alguns meios de pós-moderno, denominação esta que não é soberana nos meios científicos e/ou acadêmicos. Aprofundar-se nesta discussão foge ao escopo deste artigo e nos deteremos a pensar o desenvolvimento social a partir do pensamento sistêmico, e nele iremos nos apoiar para discutir a questão da complexidade.

O pensamento sistêmico tem seu germe mais conhecido na obra do biólogo Ludwig Bertalanffi, um dos pioneiros do pensamento dos sistemas que propõe uma a revisão de conceitos rígidos, visões dicotômicas e reducionistas que tinham uma compreensão do biológico como expressão a-cultural, a-temporal, a-social (BERTALANFFI, 1976), abrindo espaço para a discussão acerca da complexidade em uma área amplamente impregnada do pensamento linear.

O tema da complexidade exige a superação do modo hegemônico de se fazer ciência, devolvendo aos fenômenos sua interface multidisciplinar, pensando sobre as regiões fronteiriças que o compõe. Daí a importância de um deslocamento teórico e metodológico que vise às práticas concretas, na tentativa de investigar e criar novos modos de se pensar a realidade, que dêem conta do complexo. Não cabe então pensar o desenvolvimento social a partir de uma relação de causalidade, por exemplo, uma sociedade economicamente desenvolvida (a economia foi e ainda é um grande pilar do desenvolvimento) pensando-se linearmente, deveria ser uma sociedade em desenvolvimento social, mas hoje sabemos que não é assim que o desenvolvimento ocorre.

O pensamento complexo, tal como expresso por E. Morin (2001, p. 432) “é o pensamento que quer pensar em conjunto as realidades dialógicas/polilógicas entrelaçadas juntas (complexos).” O complexo tem o sentido de uma apreensão da multidimensionalidade e das interações entre os inúmeros processos. Comporta a tentativa de compreensão tanto das coerências quanto das contradições. Ao modo do pensar científico tradicional, calcado na disjunção, deve-se acrescentar a conjunção e a transjunção, para explicação das interações entre os processos. O autor complementa a explicação assinalando que “o pensamento complexo deve operar a rotação da parte ao todo, do todo à parte, do molecular ao molar, do

molar ao molecular, do objetivo ao sujeito, do sujeito ao objeto.” Portanto pensar o desenvolvimento social implica pensar em uma miríade de aspectos: econômicos, culturais, políticos, religiosos, educacionais, psicológicos ...

Estas considerações iniciais já delineiam o escopo do presente trabalho em promover a discussão sobre o conceito de desenvolvimento social, de forma não reducionista, que reconhece, de início e entre outras coisas, uma certa tensão dialética entre a formação do conceito (no sujeito) que, de certa forma, “aprisiona” uma realidade que, por si mesma, se apresenta mutante. Assim, o “conceito” que se pretende estudar parece um conceito em construção. Na verdade, pode-se dizer até, um conceito em contínua construção, que revela o que Morin (2002, p. 27) entendeu como “uma relação dupla que nos inscreve no mundo e que nos diferencia do mundo”, permitindo-nos, como sujeitos diferenciados do cosmos (pela cultura e pela consciência), a possibilidade de investigá-lo e conhecê-lo.

### **Desenvolvimento social: um conceito em construção**

Mais do que conceituar desenvolvimento social de maneira rígida, o objetivo desse artigo é levantar possibilidades de reflexão, apontando aspectos a serem investigados dentro do tema, colocando-os em experimentação para que novas perspectivas de conhecimento e investigação possam ser descobertas. Este seria um modo de tratar o objeto de pesquisa de forma complexa, segundo Passos e Benevides (2003).

Baseados nas obras de Foucault, Deleuze e Guattari, os autores acima citados sugerem a emergência de uma nova operação científica, chamada transversalização, que desestabiliza saberes bem definidos, territórios bem demarcados de ação e teorias herméticas. O conceito pode ser entendido num plano em que

[...] as dicotomias dão lugar aos híbridos, as fronteiras apresentando seus graus de abertura, suas franjas móveis por onde saberes se argüem, as práticas se mostram em

sua complexidade(...) No entanto, esta dimensão apresenta-se aqui, menos como método ou inventário de procedimentos e formas de ação e mais como um processo constante de invenção de estratégias de intervenção em sintonia com os novos problemas constituídos (PASSOS; BENEVIDES, 2003, p. 84-5).

Nesta visão importa manter aberto o espaço para a criação de novos problemas e não somente descobrir saídas para problemas antigos, até porque estes utilizam novas roupagens incessantemente.

Tomando o conceito de desenvolvimento nesta perspectiva, faz-se necessário abordá-lo enquanto multiplicidade singular, que se conecta com outros conceitos, tomado como realidade a ser criada, e nunca um conceito universal, sob a pena, neste último caso, de torná-lo impotente, incapaz de produzir mudanças e responder as necessidades contextualizadas de uma determinada comunidade. Especialmente quando o assunto é o meio social, novos arranjos se fazem ininterruptamente, estando o objeto de estudo sempre por conhecer. E estas questões são amplamente contempladas pelo pensamento sistêmico.

Esteves de Vasconcelos (2002) ao empreender a tarefa de apresentar o pensamento sistêmico como o novo paradigma da ciência se detém a três aspectos relacionados à ciência: o objeto, o mundo e o conhecimento.

A ciência iniciou estudando um objeto simples e tem deparado-se cada vez mais com a necessidade de compreender objetos complexos. Caminha-se então de uma forma de pensar desenvolvimento separando seu objeto de estudo em partes a fim de melhor compreendê-lo (desenvolvimento econômico, desenvolvimento político ...) para uma perspectiva que compreende que a simplificação obscurece as inter-relações existentes entre os fenômenos/objetos estudados.

Partiu-se do estudo de um mundo estável e vê-se apresentar um mundo instável. As “leis do mercado” não obedecem às regularidades científicas esperadas. Metodologias de

pesquisa que procuravam promover um distanciamento entre sujeito e objeto admitem hoje ser imperativo reconhecer que o mundo está em “processo de tornar-se” e que existem fenômenos imprevisíveis e incontroláveis.

Principiou-se perseguindo um conhecimento objetivo e tive-se que reconhecer a inexistência de uma “realidade” independente do observador. Passou-se então a buscar o conhecimento intersubjetivo. E aqui cabe introduzir outro ponto de reflexão neste processo instigante de pensar o desenvolvimento social, que até então apenas tangenciou-se, o homem. Fala-se em ciência, em paradigma, em pensamento sistêmico, mas *por quem e para quem* isto tudo foi/está sendo construído?

Orlandi (2005) afirma o paradoxo social vivido atualmente: por um lado nunca se presenciou entre os humanos uma potência de criação tão extensa e ilimitada, ao mesmo tempo em que nunca se viveu um sucateamento tão sistemático da humanidade, produzido sutilmente, cotidianamente.

Qualquer reflexão sobre desenvolvimento social necessita ser pensada no mínimo por meio destas duas vertentes: a das possibilidades ilimitadas e a do sucateamento. Para tanto, segundo o autor acima citado, faz-se necessário conhecer as formas pós-modernas de assujeitamento descritas por Foucault e Deleuze como sociedade controle, e também as linhas de fugas possíveis no cenário mundial atual, sabendo reconhecer os movimentos protagonistas de uma nova ordem, múltipla, aberta, em constante devir.

Deleuze e Guattari (1997) afirmam a produção atual de uma subjetividade capitalística, presa aos modos de produção e que decorrem em uma determinada relação consigo mesmo, um modo de compreender e viver no mundo como um autômato. A possibilidade de subjetivação, ou abertura para o contato de si com forças cósmicas, moleculares, indefiníveis, seria a possibilidade de uma libertação e criação de novas

subjetividades, diferentes daquele de um indivíduo-para-o-consumo, controlado por estímulos e necessidades criadas por dispositivos sociais e midiáticos.

Foucault abriu três frentes possíveis de se pensar a vida: a arqueologia do saber, a genealogia do poder e a constituição dos processos de subjetivação. Este último, segundo Cardoso Jr. (2005), interessa mais de perto à questão sobre o que o homem contemporâneo está fazendo de si mesmo e de sua organização coletiva.

Essa é uma nova perspectiva que se abre para a compreensão da dialética indivíduo/sociedade, os quais podem ser vistos de forma imbricada e mutuamente constituinte. A produção de subjetividades, que se dá sempre em espaços coletivos, abriria a possibilidade de novas formas de sociabilidade que não implicassem no domínio do homem (e da natureza) pelo homem.

Os estudos de Negri (2003) e Negri e Cocco (2005) questionam as categorias comumente utilizadas para se pensar o social. A categoria classes sociais é problematizada e substituída pelo conceito de *multidão*, tomado como os novos sentidos sociais que instauram práticas autogestivas e inventam uma democracia global sem soberania.

Este é um projeto digno da multidão: transformar o estado opressivo de guerra permanente na qual nos encontramos em uma guerra de independência que possa finalmente trazer uma autêntica paz social (NEGRI, 2003, p. 87).

No mundo moderno, a *multidão* não pode expressar-se como subjetividade, estando presa a um pensamento totalizador que assume a criatividade individual e coletiva para reinscrevê-la na racionalidade do modo de produção capitalista. A racionalidade moderna configura-se assim, não apenas um instrumento de ordenação e normalização, mas de repressão. A *multidão*, por outro lado, encontra-se despotencializada, exilada do plano político e confinada ao plano social.

Cabem aqui algumas considerações sobre o contexto atual, situando os efeitos da globalização e suas implicações na perspectiva do desenvolvimento social.

A chamada globalização, em que pese a sua origem de longa data, é acelerada nos anos noventa e representa, nos dias atuais, uma mudança muito abrangente e significativa no cenário mundial, mostrando diversas faces e ensejando diversas interpretações.

Globalização é um termo incessantemente utilizado na atualidade e já incorporado ao nosso cotidiano e por isso pede uma definição. Aqui adotamos a perspectiva de Giddens (1985 apud SPINK, 2004, p. 15) que entende a globalização como “a intersecção da ausência e presença ou, o entrelaçamento de relações sociais que estão distantes dos contextos locais”.

Aqui novamente inscreve-se a ótica sistêmica de se pensar o desenvolvimento visto que, este (o desenvolvimento), não ocorre abstratamente, manifestando-se (ou não) em um espaço geográfico definido e que este local não pode ser considerado uma ilha sem relação ou influência com outros locais. A interconexão se faz presente à todo momento.

Entretanto não podemos desconsiderar que o lugar onde se dá o desenvolvimento faz a diferença, pois o homem vê o universo a partir de um lugar . Pensando na questão do capitalismo recorreremos à Fiori (2001, p. 99) que defende a proposição de que “o mundo capitalista está vivendo uma grande transformação responsável pela mudança de sua face e de alguns aspectos do seu funcionamento, mas não de suas estruturas e leis fundamentais”. As mudanças são observadas no plano econômico-financeiro, no geopolítico, no ideológico, no tecnológico, no mercado de trabalho, nas estratégias de desenvolvimento e no do papel dos Estados.

O aspecto econômico-financeiro compõe-se basicamente do processo de desregulação financeira que se irradia dos países centrais para os países periféricos, tornando possível o deslocamento veloz dos investimentos e a prevalência da riqueza financeira. No cenário

geopolítico, o fim da União Soviética, representou um reordenamento do poder político-militar, com uma quase monopolização do eixo EUA-Inglaterra. No plano político-ideológico, vingou a hegemonia do chamado “ideário neoliberal”, com a adesão dos governos dos países centrais e da sucumbência dos países periféricos.

Analisando aspectos da face política da globalização, Singer (1997) assinala um aspecto bem negativo, no sentido de que a desregulação avançou sem que tenham sido criados suportes político-institucionais para a defesa de interesses nacionais e para assegurar repartição equilibrada dos benefícios e custos entre os países envolvidos na globalização. Quanto aos aspectos tecnológicos, existe a marca inegável de um grande número de descobertas e invenções, com destaque às da informática e das comunicações que facilitaram o deslocamento dos capitais e alterações no mundo da produção e de seu gerenciamento.

No campo do trabalho, pode-se dizer que todos os seus aspectos foram atingidos com mudanças: número de empregos, remuneração, direitos trabalhistas, organização sindical. Outro campo das transformações diz respeito ao papel dos Estados, com alterações quanto a sua abrangência e soberania, sobretudo nos chamados países periféricos, com distanciamentos cada vez maiores dos países centrais, em matéria de poder e riqueza.

Mas uma questão nos parece pertinente e merecedora de destaque, o que Boaventura (apud SPINK, 2004) chamou de *globalização positiva* (grifo nosso) onde pleiteia a possibilidade de uma resistência em rede possibilitada pelo “encurtamento” das distâncias.

Dois outros aspectos merecem ainda ser mencionados, quanto aos efeitos da globalização. Um deles é que, embora reduzindo o “tamanho” do Estado, a globalização resultou também na multiplicação de Estados que faz surgir novos aspectos na questão do desenvolvimento social. Ianni (2001, p. 21) faz interessante consideração a respeito disso, ao afirmar que “As mais diversas manifestações da questão social, nos mais diferentes países e

continentes, adquirem outros significados, podendo alimentar novos movimentos sociais e suscitar interpretações desconhecidas.” O outro aspecto é que, conforme observou Milton Santos (1997), a par da diminuição da soberania e da ação do Estado, as empresas tornam-se um dos principais agentes do poder, em todos os níveis, do global ao local. Em consequência, surge e cresce aceleradamente uma expectativa no sentido de que as empresas venham a incorporar funções ditas de responsabilidade social. Tem-se realmente observado, mais e mais, reclamos sociais demandando das empresas ações e preocupações que antes eram reclamadas quase que exclusivamente do Estado. Essa responsabilidade social que se espera, cada vez mais, por parte da empresa, tem sido entendida como comprometimento com o desenvolvimento social. Ainda que a expressão *responsabilidade social* não encontre entendimento unânime, dada a dificuldade de uma definição operacional, pode-se acatar a concepção formulada em documento do Instituto Ethos: “Responsabilidade social é uma forma de conduzir os negócios da empresa de tal maneira que a torna parceira e co-responsável pelo desenvolvimento social.” (2003, p. 12)

Diante de transformações tão amplas e tão profundas, engendradas sob a égide do fenômeno da globalização, não há como ocultar as fortes implicações para uma conceituação de desenvolvimento social. Este passa a ser *condição* – e, ao mesmo tempo, - *demand*a para o exercício de *cidadania*, termo que retoma força cada vez maior nesse início de século. Conforme Silva (2001), nos espaços da sociedade civil pode-se construir as vivências de comprometimento político dos sujeitos, resultando em uma vivência de cidadania que se refere à força dos movimentos sociais organizados e plurais que atuam na sociedade. Implica, pois, em um comprometimento com alguma concepção de desenvolvimento social. Oliveira (2002, p. 126 ) ressalta que

[...] é esse componente *participativo* da cidadania que a torna possível mesmo no capitalismo desregulado e em tempos de globalização. Esta participação pode se

constituir em importante instrumento para compreender e enfrentar os desafios dos tempos atuais. Hoje, um dos principais traços da cidadania está intimamente ligado à capacidade de dar respostas aos desafios da globalização.

Estas questões fazem todo o sentido se nos orientarmos pelo conceito de desenvolvimento social proposto por Righi, Pasche e Akerman (2006, p. 11).

Promover o desenvolvimento social é refutar a idéia de que somente o crescimento econômico possa gerar melhorias nas condições de vida através da teoria do “gotejamento”, ou que, “só com o crescimento do bolo” é que se pode levar benefícios aos mais pobres. Com isso entende-se o desenvolvimento não só como melhoria do capital econômico (fundamentos da economia, infra-estrutura, , capital comercial, capital financeiro, etc) e do capital social (valores partilhados, cultura, capacidades para agir sinergicamente e produzir redes e acordos voltados para o interior da sociedade).

Acredita-se, assim, na possibilidade de uma condução política da globalização (SINGER, 1997) e, nesta perspectiva, o desenvolvimento pode ser visto como uma potencialização das condições sociais de produção, tendo na mobilização democrática uma função de promover a passagem das relações globalizadas organizadas em torno da dependência, para uma possível interdependência cooperativa.

Segundo Negri (2005), atualmente a ordem mundial é caracterizada pelo que ele chama de *Império*, enquanto mercado mundial que não reconhece concorrentes e envolve sutilmente em um mesmo padrão de funcionamento todas as facetas da vida humana. A configuração do Império não pode ser definida por estados soberanos que a sustentam por meio de ocupação territorial. Não se sabe onde ele inicia e nem onde termina, sendo ilimitado nos sentidos temporal, espacial e social. Imperceptivelmente todos se tornam cidadãos do Império, sociedade mundial de controle, participando do *continuum* fluido que parte da sociedade disciplinar descrita por Foucault (2003), mas que não rompe com a mesma. As novas formas de poder são denominadas pelos autores citados de biopoder, ou poder difuso

sobre a vida, uma vez que seu objeto é a vida social, regida a partir do seu interior, sendo administrada, modelada e capturada pelos dispositivos institucionais.

Segundo Perrone (2003, p. 130),

Há uma interiorização das regras e imperativos pelos sujeitos mesmos via máquinas culturais e informacionais, elaborando a organização dos corpos em um paradoxo: um estado de alienação autônoma no qual o sujeito é minado desde seu interior, estruturalmente via uma pseudocultura que não é mais que um catálogo de prescrições, de palavras de ordem predeterminando desejos, representações, expressões.

### **Horizontes**

Seria um tanto paradoxal findar-se este artigo com uma conclusão, na medida em que entende-se que o conceito discutido esta em devir. Porém algumas questões podem ser (re)pensadas.

Uma nova racionalidade imperial implica no resgate do trabalho vivo na medida em que e o social redescobre suas pulsações criativas. Sobre estas configurações a ciência ainda não definiu antecipadamente o potencial e capacidade de empreendimento, sendo necessária uma análise genealógica.

A democracia do biopolítico não é formal, mas absoluta(...) Esta construção é encontrada em algumas experiências de comunidades, de coletividades cooperativas ou de experiências de coletividades solidárias. O empreendedor biopolítico é aquele que organiza o conjunto das condições de reprodução da vida e da sociedade, e não somente da economia. É um empreendedor de subjetividade e igualdade (PERRONE, 2003, p. 134).

Negri (2005) propõe, assim, atividades de resistência à ordem imperial por via da formação de poderes constituintes, sendo a multidão seu principal protagonista, capaz de gerar formas de contrapoder na sua conectividade imprevisível, podendo inventar novas formas democráticas de convívio e um outro modo de sociabilidade.

Do ponto de vista ontológico obtém-se uma abertura, a uniformidade é rompida, dando espaço à diversidade e a uma configuração de singularidades que se imbricam e se

expandem. A cooperação é o valor central da nova racionalidade e o modo de articulação característico da composição produtiva em devir. O horizonte de transformação da multidão é micro político, deixando o ciclo *poietico* de criação aberto no tempo (PERRONE, 2003).

Finalizando, o convite dos autores acima citados é que o estudo do tema desenvolvimento social engendre modos de vida diversos, experimentações e não somente reproduza o UM, o mesmo, a vivência assujeitada de coletivos e indivíduos. Vale notar que a Ciência corre o risco de fazer perpetuar o modo de vida despotencializado, quando utiliza categorias tradicionais e estéreis para pensar a realidade, limitadas pelo próprio paradigma que as engendram.

Na perspectiva proposta, os cidadãos seriam convidados a passarem de simples objetos de estudo a investigadores de sua própria realidade, uma vez que as questões sociais que afligem uma determinada população só podem ser apreendidas pelos atores sociais que as vivenciam no cotidiano. Teoria e práxis social não poderiam ser dissociadas.

No entanto, os cidadãos-investigadores devem ser primeiramente instigados a superarem o plano ideológico que encoberta sua verdadeira inserção e reprodução de um modo de vida violento e excludente. Para tanto, é necessário se pensar em instrumentos que permitam que o sujeito se liberte do modo comum de pensar a realidade, conseguindo acessar a essência de sua vida social e psicológica, por trás das aparências que o fazem agir como marionete de forças por ele desconhecidas.

O desenvolvimento social seria, assim, um conceito redefinido a cada situação, onde os índices sociais e econômicos seriam mais um meio de compreensão da realidade, mas não o único instrumento levado em conta ao se analisar uma situação social. Propõe-se, ainda, que soluções criativas sejam coletivamente buscadas, com a certeza de que serão sempre provisórias, mesmo que eficazes em um determinado tempo e espaço. Reafirma-se, dessa

forma, uma visão de mundo em movimento, onde a incerteza e a imprevisibilidade jamais poderiam ser desconsideradas.

### Referências Bibliográficas

CARDOSO JÚNIOR, H. R. Foucault e Deleuze em co-participação no plano conceitual. In: RAGO, M.; ORLANDI, L. B. L.; VEIGA-NETO, A. **Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzscheanas**. 2<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Ed. 34, 1997.

ESTEVES DE VASCONCELOS, M. J. **Pensamento sistêmico: o novo paradigma da ciência**. Campinas: Papyrus, 2002.

FIORI, J.L. **60 lições dos 90: uma década de neoliberalismo**. RJ: Record, 2001.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 2003.

GIORDAN, A. As principais funções de regulação do corpo humano. In MORIN, E. **A religião dos saberes: o desafio do século XXI**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertand, 2002.

IANNI, O. **A era do globalismo**. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

INSTITUTO ETHOS. **Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades**. vol 2, São Paulo: Petrópolis, 2003.

MORIN, E, **O método 2: a vida da vida**. Porto Alegre: Sulina, 2001.

NEGRI, A. **Cinco lições sobre Império**. 2<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NEGRI, A.; COCCO, G. **Global: biopoder e luta em uma América Latina globalizada**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

OLIVEIRA, P. T. O direito à cidadania face às novas relações econômicas internacionais. **Revista Paradigma**. Ribeirão Preto: Unaerp, v.11 n.13/14, p119-126. 2002.

ORLANDI, L. B. L. Que estamos ajudando fazer de nós mesmos? In: RAGO, M.; ORLANDI, L. B. L.; VEIGA-NETO, A. **Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzscheanas**. 2<sup>a</sup> Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

PASSOS, E.; BENEVIDES, R. Complexidade, transdisciplinaridade e produção de subjetividade. In: FONSECA, T. M. G.; KIRST, P.G. **Cartografias e Devires: a construção do presente**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

PERRONE, C. Novos coletivos sociais: a multidão e o amor ao tempo a constituir. In: FONSECA, T. M. G.; KIRST, P.G. **Cartografias e Devires**: a construção do presente. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

RIGHI, L. B; PASCHE, D. F.; AKERMAN, M. **Saúde e desenvolvimento**: interconexões, reorientação dos serviços de saúde e desenvolvimento regional. Santo Andre, 2006. Disponível em <[http://portal.saude.gov/portal/arquivos/pdf/avaliacao\\_saude\\_desenvolvimento.pdf](http://portal.saude.gov/portal/arquivos/pdf/avaliacao_saude_desenvolvimento.pdf)> . Acesso em 10 fev. 2008.

SANTOS, M. Da política dos estados à política das empresas. **Cadernos da escola do legislativo**. Belo Horizonte, 3(6): 3-191, p 9-23, jul/dez. 1997.

SILVA, M. A. A cidadania no contexto de restrições dos direitos sociais. In: SANTOS, G. A. (Org.) **Universidade, formação, cidadania**. São Paulo: Cortez, 2001.

SINGER, P. Globalização: afinal, de que se trata? **Cadernos da escola do legislativo**. Belo Horizonte, 3(6): 3-191, p 25-61, jul/dez. 1997

SPINK, M. J. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

VON BERTALANFFY, L. Teoria geral dos sistemas: aplicação à psicologia. In: \_\_\_\_\_. **Teoria dos sistemas**. Rio de Janeiro: FGV, 1976.